

Olha a Cabeleira do Zezé, será que ele é, será que ele é?¹

Jorge Tadeu Borges Leal

Olha a cabeleira do Zezé!
Será que ele é?
Será que ele é?
Olha a cabeleira do Zezé!
Será que ele é?
Será que ele é?
Será que ele é bossa nova?
Será que ele é Maomé?
Parece que é transviado,
Mas isso eu não sei se ele é.
Corta o cabelo dele!
Corta o cabelo dele!
Corta o cabelo dele!
Corta o cabelo dele!²

Através da letra da marchinha *Cabeleira do Zezé*, lançada no carnaval de 1964, temos acesso a uma boa caracterização do que foi a década de 1960, com relação à homossexualidade. Ela deixa transparecer o contexto cultural, as questões que efetivamente estavam em pauta, como se pensava e se reagia diante da diferença, da alteridade. A dinâmica do poder heteronormativo,

sutilmente imiscuída e estabelecida em fatos do cotidiano, nas coisas mais corriqueiras do dia a dia, no convívio das vizinhanças, na linguagem, na cultura, na educação, estava presente na construção dos versos da marchinha carnavalesca.

Resgatando o momento da composição, estamos quase no meio da década de 1960, em plena eclosão das bandas de *rock and roll* e, em especial, as britânicas *The Beatles* e *The Rolling Stones*, da efervescência contracultural que trazia, como um dos elementos transgressores de sua caracterização, os cabelos grandes, “cabelos de mulher”, na visão da época, fato amplamente explorado pela mídia em geral. Cabelos grandes, associados ao comportamento de descontração e alegria, destoavam do padrão estabelecido e esperado para um homem, ainda que jovem, naquela época, no Brasil.

Acontecia um grande debate público com relação à novidade, simultaneamente à proliferação de clones da nova imagem cultivada pelos jovens, que copiavam o modelo dos rapazes de Liverpool. Em qualquer festa ou aglomeração da juventude da época, estavam presentes os “cabeludos”, fenômeno que ficou conhecido como a *beatlemania* e que até hoje embala os sonhos e fantasias retrôs dos fã-clubes da banda. A marchinha opera na posição antagônica e crítica à nova moda estabelecida, aproveita a oportunidade do “momento carnaval” e cai definitivamente no domínio público.

“Olha a cabeleira do Zezé! Será que ele é? Será que ele é?”

Zezé seria alguém conhecido, com padrões de comportamento convencionais que, de uma hora para outra, aparece com uma cabeleira. Ao deixar os cabelos crescerem, fica diferente dos padrões convencionais. Na época de cortes seguindo o estilo militar “reco” (alusão aos recrutas), mais popular, ou “príncipe Danilo” (alusão à nobreza), mais elegante. Quem usava cabelos grandes era a mulher. Não estava previsto esse tipo de cabeleira para homens na cartilha da normalidade consensual. Diante do inusitado e do exótico, da confusão de gêneros instituída pela cabeleira que Zezé passou a usar, surgiu a necessidade de defini-lo: “afinal, o que é Zezé’?”

O espanto flui para uma interrogação afirmativa feita repetidamente – “Será que ele é? Será que ele é?” – em que a qualificação não é explicitada, mas induz à intuição, ao conhecimento de o que Zezé seria, no eixo da interlocução. Cabe lembrar que, na época, na tensão dual entre a hetero x homossexualidade, no contexto de um diálogo, quando se queria referir à

homossexualidade de um homem, dizia-se com maior frequência do que hoje, que “fulano é”, não utilizando a qualificação explícita. Ao evitar dizer a palavra, produzia-se a amplificação de sua conotação ruim, dos aspectos negativos a ela associados, além de proteger o falante ao fazer sem certeza uma acusação difamante extremamente grave. Tal mecanismo é tradicionalmente utilizado na referência à malignidade das doenças, em especial ao câncer. A diferença que Zezé representava precisava ser classificada, indexada, não poderia permanecer incompreendida. O que é a diferença referenciada como ‘Zezé com cabeleira’?

“Será que ele é bossa nova?”

A partir de agora, entrará em ação a racionalidade vigente e o esforço classificatório para que Zezé esteja em conformidade com o que se conhece e possa tornar-se, pelo menos, indexável. A primeira suposição: seria Zezé um “bossa nova”?

O Brasil vivia uma época de grandes transformações, com a inauguração de Brasília e a criação do parque industrial e automobilístico nacional. Conquistara o bicampeonato mundial de futebol, além de eclodirem diversos acontecimentos culturais. No plano musical, a bossa-nova, movimento que ficou ligado ao crescimento urbano brasileiro e à fase desenvolvimentista associada à presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960), apelidado como “presidente bossa-nova”.

Ser um “bossa nova” representava estar em conformidade com os novos valores urbanos, com o surto de modernidade que tomava conta do país, viver em sintonia com o que acontecia nas metrópoles internacionais. Alguém que se contrapunha aos valores tradicionais da cultura nacional, de base agrária, rural, que migrava para as metrópoles em geral e em especial para o eixo Rio-São Paulo.

“Será que ele é Maomé?”

A alusão ao bizarro é caracterizada através da referência ao líder religioso e político árabe, ideal de perfeição dos muçulmanos. Aqui se evidencia o preconceito com relação ao que não se assemelha aos padrões que ordenam o imaginário comum, ao que foge ao padrão ocidental cristão, branco, a algo que representa a forte presença da alteridade, da diferença que, nesse caso,

é tão cultural e existencialmente marcante como incompreensível para a lógica ocidental cristã e que serve como referência ao exotismo. Na produção hollywoodiana da época, orientais e asiáticos costumavam ser apresentados de forma exótica, com hábitos e condutas bizarras, caricatas, caracterizados nos roteiros como bandidos, contraventores, agentes do mal. Ainda assim, se Zezé se transformara em profeta, a cabeleira estaria justificada, seria indexável.

“Parece que é transviado, mas isso eu não sei se ele é”

A marchinha, passo a passo, como se percorresse uma escala conceitual, vai se aproximando da conotação desejada, aqui contida e dissimulada na palavra “transviado”. Teria Zezé se desviado da retidão de um caminho em conformidade com as normas? A palavra “transviado” era usada frequentemente na expressão “juventude transviada”, título brasileiro do famoso filme *Rebel Without a Cause* (Rebelde sem causa), protagonizado por James Dean, produzido em 1955, e que circulou pelas telas do mundo inteiro na virada dos anos 1950/60.

Geralmente a palavra “transviado” era utilizada para jovens, na sua grande maioria, ricos e menores, que se desviavam para o caminho do crime ou do distanciamento dos costumes. Por extensão, passou também a ser utilizada para designar o comportamento de velhos que destoavam do padrão comportamental esperado para a idade. A palavra, na composição, é o ponto alto do inventário de suposições classificatórias para os motivos da cabeleira do Zezé.

O núcleo da palavra “transviado” – “viado” – conotava, de forma sutil, a suspeita de que Zezé teria se transformado em homossexual. É comum o coro dos foliões improvisando com relação à primeira pergunta – “Será que ele é” – complementar de forma bem sonorizada, quase sempre com o grito jocoso: “viado”.

“Corta o cabelo dele! Corta o cabelo dele!”³

O estranhamento com a cabeleira do Zezé, que levou ao desdobramento de tentativas para a classificação de sua conduta, vai se resolver na identificação do que seria condizente no confronto com o que é estranho, inidentificável, diferente do que a norma consensualmente estabelecida para o comportamento médio sugere. Em sintonia com o pensamento religioso e também com os médicos e higienistas, em conformidade com um discurso estruturado desde

o final do século XIX, a solução sugerida já traz embutida uma ação repressiva.

Nesse contexto, ocorre a resolução do conflito de convívio com a estranheza da aparência de Zezé, com a sua conotação homossexual, e o resgate, através da ação punitiva e regulatória, aos padrões de normalidade estabelecidos, de forma imperativa, violenta e irreduzível: “Corta o cabelo dele! Corta o cabelo dele!”.

A trajetória que vai da identificação do esquisito, do estranho, do inusitado, até a resolução do conflito, revela toda uma operação sutil de terrorismo cultural.

Uso esse termo forte, “terrorismo cultural”, para ressaltar que se trata de algo coletivamente imposto e experienciado; sobretudo, algo que vai além de atos isolados de violência. Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma “segura”, ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações. O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória (Miskolci, 2012: 33).

A análise da marchinha carnavalesca facilita o entendimento de como o poder não é uma força exercida verticalmente, de cima para baixo. Para se compreender o poder e pensar em esboçar qualquer movimento de resistência, tal como foi demonstrado por Foucault, é preciso considerar que ele perpassa todos os espaços relacionais no interior das sociedades (Foucault, 1977).

Entendido, *gay* e homossexual

No Brasil dos anos 1960, as iniciativas mais próximas de associativismo estavam relacionadas à questão da sociabilidade homossexual. Não tinham ainda qualquer caráter político, no sentido do estabelecimento de uma politização da identidade homossexual ou obtenção de visibilidade, o que já ocorria fortemente no plano externo, notadamente nos Estados Unidos e na Europa. O que se pretendia era reconhecimento e convívio, a criação de um espaço de trocas sociais.

Entre as primeiras formas de associação de homossexuais, destaca-se o jornal O Snob (1963-1969), primeira publicação abertamente homossexual divulgada no Brasil (Péret, 2011: 19), além da tentativa de organizar uma Associação Brasileira de Imprensa Gay - ABIG, em 1969 (Simões e Facchini, 2009: 71).

O jornal O Snob ostentava como slogan “um jornal para gente entendida”, apontando para a definição de uma nova categoria de identidade, em que os termos “entendido” e “gay”⁴, de uma forma geral, substituem a palavra “homossexual”⁵, de origem científica mas carregando conotação preconceituosa e negativa. As noções de “entendido” e de “gay” são o marco do autorreconhecimento de uma identidade que já se distancia das diferenças marcadas pela dualidade bofe-ativo-masculino e bicha-passiva-feminina. A diferenciação ativo/passivo, que correspondia à transposição dos padrões heteronormativos para a realidade homossexual, começava a ser relativizada.

O próprio nome da publicação – O Snob – indicava uma postura *blasée* com relação à sociedade heterossexual que o jornal provocava. Ao assumir expressões, códigos e modos de fala característicos de grupos e subculturas homossexuais, estabelecia uma diferenciação com relação aos meios de comunicação tradicionais. Esse traço acabou se constituindo como característica principal da imprensa homossexual dos anos 1960, um padrão de linguagem seguido por diversas publicações menores no país inteiro.

O Snob pode ser considerado como um jornal de gênero, o primeiro do país. Criou estilo. Nos seus últimos anos (1968 e 1969) abriu-se para assuntos políticos, para o que acontecia no âmbito dos movimentos feminista e homossexual nos Estados Unidos e na Europa, assim como para as novas teorias de gênero que vinham sendo elaboradas. Tratou de temas tradicionais como fofoca, moda, cultura e coluna social. Motivou o surgimento de mais de 30 publicações entre 1964 e 1969 (Péret, 2011: 25-27).

Cenário nacional x cenário internacional

O momento dos anos 1960, para a homossexualidade brasileira, pode ser caracterizado, ainda, como de movimentação. Com a exceção de alguns grupos de intelectuais, de jovens e de universitários dos grandes centros urbanos, ainda se lidava com a adversidade evidenciada na marchinha *Cabeleira do Zezé*, sucesso no carnaval de fevereiro de 1964, imediatamente anterior ao golpe militar que, em primeiro de abril, vai instituir uma ditadura que perdurou por, pelo menos, 21 anos no Brasil.

Ao contrário do que se passava no ambiente interno, no plano externo acontecem diversos fatos relacionados a novos padrões de comportamento e uma atitude contestatória diante do contexto político e ideológico da época, que resultaram em acontecimentos que acabaram mexendo fortemente com as instituições e até mesmo determinando a modificação do curso da história nas décadas seguintes.

Cabe levar em consideração os fatos que dizem respeito direto às modificações que podem ter inspirado um novo pensamento ativista brasileiro com relação à homossexualidade e a determinar o início da formação de uma nova visão de mundo, para efeito de entendimento do contexto em que a questão homossexual ultrapassa o estágio de “movimentação” e chega a assumir a identidade de “movimento” no Brasil.

O final dos anos 1960 é marcado pelo auge do movimento da contracultura, com o aparecimento da cultura *hippie* e a realização, em 1969, no estado de Nova York, do evento Woodstock, que reuniu mais de 500 mil pessoas e contou com a participação de diversos artistas ligados ao *rock 'n roll*, *folk* e *blues*. O festival ocupou espaço na imprensa em geral, na televisão, virou filme, esteve intensamente e até hoje ainda está presente no ambiente midiático e contou com as performances de artistas já falecidos, como Jimmy Hendrix, Janis Joplin e tantos outros ainda vivos, cuja referência se disseminou em CDs, DVDs, vídeos e foi turbinada pela internet por blogs, redes sociais, Youtube, etc.

A contracultura e o movimento *hippie* foram um desdobramento da *Beat Generation* (Geração Beat) que, ainda em meados da década de 1950, composta pelos *beatniks*, intelectuais jovens, geralmente artistas e escritores, questionavam o anticomunismo, o macarthismo, a falta de um pensamento crítico e o consumismo, enfim, o ideário do pós-guerra norte-americano.

Logo depois vem o movimento *hippie*, que incitava à adoção de uma vida em esquema de coletivismo comunitário ou até mesmo nômade, negava o nacionalismo, o patriotismo e a guerra do Vietnã. Praticava e incentivava o culto de religiões orientais como o hinduísmo ou budismo, negava os valores de ascensão social e trabalho formais. Negava os padrões usuais de higiene e da estética mais convencional, ou seja, questionava os valores tradicionais da classe média norte-americana.

O ambiente de movimentos das minorias, no final dos anos 1960, gera também o movimento *Black Power* (Poder Negro), através do qual os negros assumem o orgulho de serem negros, de terem características, tais como cabelos e pele negra e valorizam as suas instituições e os seus políticos para a promoção dos seus interesses coletivos.

No mesmo diapasão eclode o *Women's Liberation* (Liberação das mulheres), expressão que começou a ser usada, nos Estados Unidos da América, em 1964 (Sarachild, 1978), e originou o movimento *Women's Liberation Front* (Frente de Liberação das Mulheres), que passou a ser a legenda do movimento feminista como um todo (Hinckle e Hinckle, 1968). O feminismo politizou o processo de formação das subjetividades, questionando os atributos de gênero e a maneira pela qual somos educados, nos eixos homem/mulher, mães/pais, filhos/filhas, contestando a condição social das mulheres, até então vistas como esteio da realidade doméstica.

O recém-falecido antropólogo inglês Stuart Hall situa o feminismo como o quinto e último dos cinco descentramentos do ser humano da pós-modernidade, ou modernidade tardia (Hall, 2004). O primeiro seria a redescoberta e reinterpretação do pensamento marxista, realizada em meados do século XX, destacando a visão do estruturalista marxista Louis Althusser. O segundo, a descoberta do inconsciente por Freud e a relativização da fixidez e estabilidade da identidade e da noção de sujeito, através do trabalho de Freud e da sua continuidade através do pensamento psicanalítico de Jacques Lacan. O terceiro, o trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, que evidencia a ligação do homem com a língua, suas regras e seus sistemas de significado no interior de uma cultura. Com Saussure a língua passa a ser entendida como um sistema social e não um sistema individual. Preexiste a nós, que, ao falarmos, ativamos todo um leque de significados pertinentes à nossa própria língua e aos nossos sistemas culturais. O quarto descentramento diz respeito ao trabalho de Michel Foucault, filósofo e historiador francês, que por intermédio de uma série de estudos produziu uma espécie de genealogia do sujeito moderno, destacando um novo tipo de poder que ele chama de poder disciplinar, preocupado com a vigilância, regulação da espécie humana, do indivíduo e do seu próprio corpo, manejado pelas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX, que exercem o policiamento e a disciplina através dos quartéis, escolas, oficinas, prisões, hospitais, clínicas, etc. com o objetivo de produzir “um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (Dreyfus e Rabinow, 1982: 135).

O feminismo, quinto e último descentramento, questionou noções que eram tidas como verdades universais, tal como a dos papéis do homem e da mulher, a família, a sexualidade, o trabalho, inclusive e principalmente o trabalho doméstico. O feminismo deu ênfase a políticas e questões pessoais, colocou na vitrine a subjetividade e a identidade do indivíduo, adotou o

lema “o pessoal é político”, tão distante da visão marxista predominante nos movimentos políticos tradicionais, colocou questões que não eram ou eram pouco discutidas, como a maternidade e a sexualidade feminina, evidenciando o caráter social da formação das identidades sexuais.

Uma das questões mais importantes, surgida a partir do feminismo, foi a flexibilização da categoria gênero. Há uma problematização da construção e da renovação simbólico-cultural da feminilidade e da masculinidade, que vem a ser o início do descolamento da noção de gênero, não mais confundida com a de sexo.

Assim, a noção de “gênero” implica em quatro elementos que aparecem interrelacionados: os símbolos culturais, os conceitos normativos, uma noção de política e a identidade subjetiva. Estes elementos estão referidos por níveis reais e simbólicos que remetem à tradição codificada, às práticas cotidianas e às propostas de inovação cultural elaboradas pelos grupos sociais. Há uma pluralidade temporal e o desafio é não desvincular o tempo das práticas do tempo das mentalidades (Silva, 1993: 39-40).

Outra referência diz respeito ao movimento estudantil e grevista talvez mais importante do século XX, que ficou conhecido como “Maio de 68”, que ocorreu em Paris. Começou com uma série de paralisações em escolas secundárias e faculdades, em confronto direto com a administração e a polícia.

O governo do general Charles De Gaulle tentou sufocar o movimento por meio de ações policiais. Quanto mais o fez, mais o movimento se fortaleceu e se generalizou. Estendeu-se às fábricas e chegou a obter a adesão de cerca de 10 milhões de trabalhadores, o correspondente a dois terços dos trabalhadores franceses. O governo estava a ponto de entrar em colapso, mas a Confederação Nacional do Trabalho e o Partido Comunista Francês, com orientação stalinista, enfraqueceram o movimento e, com a mesma forma com que ganhou força e intensidade, ele se esvaziou e se desfêz.

O “Maio de 68”, de Paris, foi um movimento que repercutiu e se desdobrou em manifestações pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil, com o movimento estudantil das greves e passeatas, da resistência e do enfrentamento às forças policiais de repressão que na ditadura brasileira chegavam ao ápice exatamente em 1968-69.

Finalmente, um episódio que acabou se transformando em acontecimento legendário para o movimento homossexual, conhecido como “o levante de

Stonewall”, ocorrido em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, em Greenwich Village, bairro de Nova York. No local, frequentado por *gays*, lésbicas e travestis, cerca de 400 pessoas reuniram-se para beber, depois do velório da cantora Judy Garland, ao qual boa parte desse grupo compareceu.

O bar, sempre alvo de batidas policiais para intimidação e extorsão dos frequentadores, nesse dia assistiu a uma cena inédita. Quando os policiais, como de costume, fizeram uma intervenção, um grupo de travestis reagiu com socos e pontapés. Houve adesão generalizada à reação, dezenas de pessoas se juntaram ao grupo que resistia à prisão, a polícia foi atacada com pedras, moedas⁶ e garrafas. Dos prédios os moradores também jogaram objetos na polícia e o confronto acabou perdurando por quatro dias. Nova York teve diversas ruas pichadas com mensagens se referindo ao evento, o *Gay Power* (Poder Gay, em alusão ao *Black Power*) e obteve a cobertura de praticamente toda a imprensa norte-americana e internacional.

O levante de Stonewall, embora realizado em grande parte por latinos, pobres e travestis que reagiram à ferocidade da polícia, acabou se constituindo em um marco na causa *gay*, tendo sido considerado como o início efetivo do movimento de defesa dos homossexuais nos Estados Unidos e no mundo. Em função desse fato, convencionou-se que o dia 28 de junho passaria a ser celebrado como o Dia do Orgulho Gay, Lésbico e Transexual.

Ainda como pano de fundo para tudo o que se desenrolava no cenário dos anos 1960, se arrastava a guerra do Vietnã, em que uma geração de jovens norte-americanos e asiáticos era jogada ao sacrifício em função da racionalidade geo-político-econômica que estabelecia a valorização do poder bélico, ocidental, heteronormativo, suportada pela ideologia militarista que os Estados Unidos da América praticavam e disseminavam na mídia em geral.

A guerra do Vietnã acontecia *in loco* e virtualmente, através dos jornais, revistas, *outdoors*, da programação de rádio, cinema e, em especial, das TVs. Havia a produção intensiva de notícias que, em sua grande maioria, reforçavam e legitimavam os valores e os padrões dessa cultura no sentido de produzir um consenso quanto à supremacia norte-americana.

Promovia-se a necessidade da intervenção bélica para “proteger” o mundo da ameaça comunista, um ideário que já vinha se estendendo desde o macarthismo do pós-segunda grande guerra, na década de 1950, passa pelo episódio da revolução cubana, pela crise dos mísseis e deságua na guerra do Vietnã. Nesse ambiente se deu o manejo do controle ideológico, jurídico-político e econômico dos países sul-americanos através do financiamento às ditaduras

que se estabeleceram nessa época, em especial, no caso, a ditadura brasileira que começou em abril de 1964.

A transformação da movimentação em movimento homossexual brasileiro, revisitada a partir das tensões internas e externas, das conjunturas que serviram como cenário, ajuda a compreender a sua trajetória, possibilidades e as enormes e infundáveis dificuldades e limitações.

Para entender o movimento homossexual brasileiro, é necessário começar desfazendo a imposição de uma similitude forçada com a realidade desse movimento nos Estados Unidos. Havia uma diferença abissal entre o que acontecia no movimento *gay* norte-americano e no brasileiro. No levante de Stonewall e em tudo que o cercou, houve o enfrentamento, iniciado pelos travestis, e o questionamento das práticas estabelecidas através dos poderes que reprimiam a homossexualidade.

Um grupo de travestis enfrentara a polícia, estabelecendo uma quebra de padrões. Num país em que se vivia sob o regime constitucional, os homossexuais se posicionavam contra a ordem estabelecida, afirmavam a sua diferença, “questionavam os valores familiares, as variáveis de gênero e o próprio sistema homofóbico em que viviam” (Ribeiro, 2010: 54).

Tudo isso acontecia de forma simultânea ao movimento feminista, que também abalava a condição heteronormativa e heterossexista da sociedade, exigindo uma renegociação de papéis, tanto no plano profissional como nos planos afetivo, social e sexual. O feminismo mexeu fortemente com as bases do próprio conceito tradicional de família, o alicerce do sistema de valores norte-americano. Nas relações heterossexuais, o sexo passou a se desvincular da reprodução e as possibilidades em termos de relacionamento afetivo e sexual se ampliaram, relativizando os padrões convencionais de conjugalidade.

No caso dos homossexuais norte-americanos, o confronto com o sistema conservador e compulsoriamente heteronormativo ocorria tendo ao fundo o fenômeno do gueto. Os homossexuais se estabeleceram em locais onde podiam assumir, com relativa tranquilidade, a sua identidade e o seu sistema de valores, organizando as suas vidas. Tratava-se de um território apartado da suposta normalidade, mas defendido pela Constituição. Assim, surgiram bairros *gays* em diversas localidades, cidades e até regiões, como São Francisco, na Califórnia, para onde houve grande migração de um considerável contingente de homossexuais que viviam nos Estados Unidos e no mundo.

Ao contrário da realidade norte-americana, os primeiros anos que vão do início até a metade dos anos 1970, no Brasil, correspondem ao período conhe-

cido como os “Anos de chumbo” de uma ditadura militar que ficou no poder por, pelo menos, 21 anos. Foi a época mais violenta da repressão, quando se intensificaram torturas, assassinatos, perseguições, um conjunto de ações de repressão e intimidação que se alastrou por todas as cidades brasileiras.

A resistência esboçada no final dos anos 1960, principalmente através do movimento estudantil, das greves e passeatas, acabara se intensificando e resultando na luta armada que determinou a realização de sequestros, assaltos a bancos e ações para gerar recursos aos grupos de ativismo. As ações tinham como objetivo proporcionar visibilidade à resistência, fragilizar o regime ditatorial diante da opinião pública e da imprensa internacional e obter a libertação de prisioneiros políticos.

A ideia que se tinha de movimento, nesse momento brasileiro, assumia necessariamente um viés fortemente político, identificado com essa resistência e com a orientação marxista dos movimentos. Para os movimentos socialistas, a luta política estabelecia um inimigo bem nítido: uma ditadura militar financiada pelos interesses hegemônicos e expansionistas do sistema capitalista norte-americano, mantida no poder para sufocar e exterminar qualquer manifestação contrária.

No cenário em que os movimentos de contestação à ditadura militar e de oposição aos interesses norte-americanos assumiam uma postura de “luta maior” ou “luta principal”, para os movimentos de minorias existirem e se estruturarem como movimento, era inevitável assumir o discurso dessa cultura da resistência. O movimento homossexual e os movimentos também compreendidos como privados, ou não públicos, como o feminismo ou o movimento negro, eram tidos, pelos movimentos políticos “maiores” como diversionismo ou coisa menor, um desvio de atenção à “luta maior” que seria a fragilização da ditadura, a tomada do poder e o estabelecimento de um regime socialista.

No Brasil, os homossexuais que empreenderam as primeiras iniciativas de formar grupos mais estruturados e organizar a ideia e a prática de um movimento, fizeram-no diante da situação de uma cultura patriarcal extremamente homofóbica, heteronormativa e heterossexista. Na vigência de um sistema de poder ditatorial que reforçava os piores traços, tanto do autoritarismo patriarcal como da homofobia. Um grupo de militares que se esforçavam em transplantar para o poder e tentar impor culturalmente o conjunto de valores que conferia sustentação ao ideário militar e à lógica da caserna.

Porém, paradoxalmente, se existia um traço em comum entre a ditadura militar e a sua resistência, era exatamente a compulsão heteronormativa e

heterossexista. Esse traço foi constatado através de diversos fatos que levaram a sucessivos conflitos ao longo da trajetória que viria a definir o surgimento, a interação, a aglutinação, as cisões e a extinção dos mais diversos perfis de grupos na formação do movimento homossexual brasileiro.

Os debates da época estimulavam o questionamento das posições políticas focadas na centralidade da luta de classes, reivindicando legitimidade a lutas mais específicas. Por conta disso, a emergente política de identidade posta em prática pelos movimentos de feministas, negros e homossexuais gerava uma tensão junto a certos militantes da esquerda (vários dos quais estavam aliados às tendências progressistas da igreja católica). Para estes, tais esforços minoritários pulverizavam o privilégio que deveria caber à “luta maior” em prol das mudanças sociais e econômicas mais amplas, em direção ao socialismo (Simões e Facchini, 2009: 95-96).

Um bom exemplo dessa correlação de forças é o jornal homossexual *Lampião da Esquina*, que durou três anos. Existiu de abril de 1978 a junho de 1981 e publicou 36 edições. Apresentava reportagens, entrevistas, ensaios, críticas e notícias sobre cultura, seção de cartas e colunas de opinião e humor. O jornal criou uma verdadeira ruptura, ao utilizar termos não permitidos na mídia tradicional e até rejeitados na mídia alternativa da época, tais como “bicha”, “lésbica”, “boneca”, “viado”, “bofe” e “guei” (aportuguesando a palavra).

Desde o número zero, a publicação tinha como proposta abordar assuntos ligados a grupos minoritários, tais como feminismo, questão racial, transexualidade, etc. O editorial “Saindo do gueto”, desse mesmo número zero de *Lampião da Esquina*, já desenhava o perfil da publicação:

Mas um jornal homossexual para quê? É preciso dizer não ao gueto⁷ e em consequência sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexualismo⁸, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que encara sua preferência como uma espécie de maldição.

De forma diferente da grande maioria das publicações da década de 1960, distribuídas gratuita e clandestinamente, o jornal era vendido nas bancas, em diversas cidades brasileiras, num esquema que chegou a cobrir o país de norte a sul. Embora tenha produzido uma tiragem alta para um jornal alternativo,

chegando a atingir entre 10 e 20 mil exemplares, *Lampião* não conseguiu uma distribuidora nacional, porque estas se recusavam a trabalhar com um jornal homossexual, e teve que operacionalizar uma distribuidora diferente em cada região (Péret, 2011: 51).

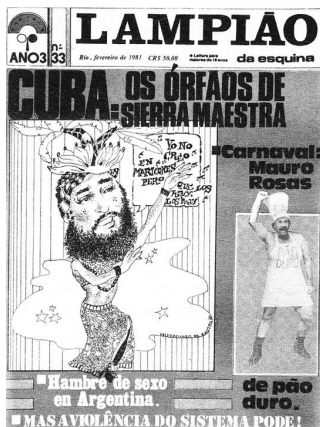
Lampião da Esquina foi alvo de várias tentativas de sanções por parte dos militares, boicote dos donos de banca e atentados de grupos paramilitares, que explodiam bombas caseiras em locais que vendiam publicações alternativas ou consideradas pornográficas (Péret, 2011: 53).

O jornal era bastante polêmico e as reportagens abordavam temas como a violência (contra homossexuais e mulheres), racismo, masturbação, prostituição masculina, maconha, sadomasoquismo, igreja e homossexualidade e o travestismo. Sempre trabalhava com chamadas ousadas como: “Orgasmo vaginal”; “O estupro como ato de poder”; “A matança das bichas na Alemanha nazista”; “A questão negra”; “A doença homossexual”. “O jornal ainda trazia matérias especiais na forma de entrevista com celebridades da vida cultural e social brasileira, como Clodovil, Antonio Calmon, Darlene Glória, Ney Matogrosso, Leci Brandão e Fernando Gabeira” (Péret, 2011: 50).

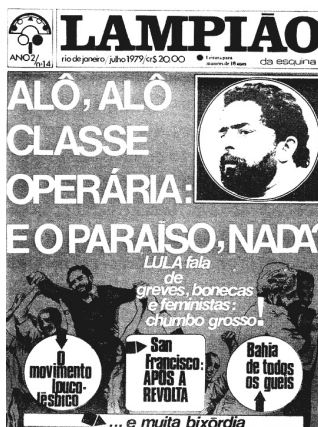
Lampião, que tinha um enfoque político, mas sempre com ironia e humor, não poupava a própria esquerda brasileira. Isto pode ser verificado em um de seus anúncios, que dizia: “Não fique aí parado esperando a revolução. Tenha um orgasmo agora!!! Leia e assine *Lampião*”. Também no título de um artigo, “Finalmente a UNE já pensa em prazer”. O mesmo se deu com a famosa capa que apresentava Fidel Castro travestido de Carmem Miranda e a matéria “Cuba: os órfãos de Sierra Maestra”. E ainda em uma das reportagens que mais incomodaram a esquerda brasileira, em julho de 1979: “Alô, alô, classe operária: e o paraíso, nada? Lula fala de greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!”.

O jornal criticava o machismo e a homofobia da esquerda e do movimento sindical brasileiros, reforçando a sua imagem de autonomia, de um jornal com uma abordagem homossexual descomprometida com relação aos interesses dos grupos de militância política, estabelecendo certo distanciamento crítico.

Durante cinco dias, uma equipe do *Lampião* esteve em São Bernardo, conversando com operários, com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e com o próprio Lula. No texto “ABC do Lula”, ele dizia que feminismo era “coisa de gente que não tem o que fazer” e que homossexualismo na classe operária era algo que ele “não conhecia” (Péret, 2011: 51).



Lampião, fevereiro/1981.



Lampião, julho/1979.

Na mesma semana, uma legião de trabalhadores homossexuais filiados ao Partido dos Trabalhadores, se dirigiu à sede do partido para protestar contra a entrevista.

O cantor Ney Matogrosso, ao fazer recentemente um balanço de sua carreira e da sua vida, em entrevista concedida ao jornal *Rolling Stone*⁹, relembra e caracteriza pontualmente essas dificuldades.

Dentro do contexto de Brasil, a minha presença foi muito importante. E era uma coisa política, embora eu não fosse panfletário, nem de esquerda, nem de direita. Quer dizer, minha tendência foi sempre de uma esquerda mais liberal, porque eu tive a ilusão, no Secos & Molhados, de achar que a esquerda entenderia meu papel e me apoiaria. (...) rejeitou tanto quanto a direita. Eu me vi sozinho no mundo e falei: foda-se o mundo, vou tocar meu barco sem o apoio de ninguém.

Conclusão

A homossexualidade brasileira, ao contrário das realidades norte-americana ou europeia, nunca foi proibida por lei, não se territorializava em guetos, não obedecia a critérios de classificação modernos e nem tinha uma noção clara de qual era o seu real inimigo.

O antropólogo Peter Fry, nascido na Inglaterra e naturalizado brasileiro, evidencia a disputa entre o sistema de classificação que ele chama de anglo-saxão ou moderno, segregacionista, e o sistema de pensamento social predominante no Brasil, assimilacionista, que evita a adoção de classificações com fronteiras bem definidas. Ao contrário da divisão heterossexuais/homossexuais (mediada pela figura híbrida dos bissexuais), no Brasil popular teríamos um país povoado de “quase-brancos”, “quase-pretos”, “bichas”, “bofes”, “fanchas”, “*ladies*”, “veados”, “monas”, “homens e mulheres de verdade” (Fry, 1982).

Outra reflexão de Fry, no prefácio ao livro de Edward MacRae *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*, diz respeito à “ausência de um inimigo tangível para o movimento homossexual” (MacRae, 1990: 13), à semelhança do movimento negro. Quem seria o inimigo do movimento homossexual ou negro? Qual seria o opressor? Contra que poder repressivo estariam lutando? Seria a cultura brasileira, a educação, os hábitos e costumes, a tradição, a história?

As pesquisas de MacRae também mostravam como, na ausência de um inimigo externo claramente identificável, os integrantes dos grupos acabavam elegendo como inimigos os próprios pares, em grande parte até os mais próximos. Com isso, o “inimigo” inexistente insistia em se materializar, de forma sistemática, na valoração de outros grupos como tal, no “outro” que era “o mesmo”.

Mais do que os tradicionais agentes da heterossexualidade compulsória, os próprios homossexuais passaram a incorporar o espírito de antagonismo que conferia a unidade sempre parcial ao grupo que surgia, em oposição ao outro que se extinguiu. Era alimentada a cizânia como traço cultural de um movimento em que os grupos viviam se desentendendo e brigando entre si.

Com isso, fundiam-se, extinguíam-se ou reproduziam-se em outros grupos. Uma dinâmica que foi, em grande parte, decorrência da situação confusa nos planos pessoal, social e político, dos homossexuais e das homossexualidades. E também da grande diversidade dentro do próprio terreno da homossexualidade.

Ao copiar o modelo dos movimentos de resistência política, porém sem um inimigo claro e identificável, o movimento homossexual brasileiro produziu o fenômeno de uma “realidade transplantada”. Voluntária e involuntariamente, reproduzia as formas de luta características dos movimentos de orientação marxista, estes sim, com um inimigo claramente identificado: o capital e as classes dominantes, na forma de um poder opressor, repressor e ditatorial.

A consequência desse contexto determinou a história da formação de um movimento marcado por uma plêiade de grupos que passavam pela fase de criação, cisões, rupturas e extinção. Sempre, como pano de fundo, a indefinição histórica de um sujeito com base no qual pudesse ser traçada, de forma nítida, uma política de identidade, tal como acontecia na realidade norte-americana ou europeia, em que a homossexualidade era claramente coibida.

A dinâmica da formação, cisões, dissoluções, fusões e extinções dos grupos correspondia também à criação de jornais e revistas dirigidos a esse público, e à formação de associações, representações, instituições, ONGs etc. E sempre, como ainda hoje acontece, a mídia homossexual ou era perseguida ou sofria as mais diversas formas de boicote, seja na distribuição ou através da ausência da inserção publicitária convencional.

Ainda hoje, se observarmos o que acontece na publicidade veiculada na mídia, constatamos a inexistência quase total de homossexuais. Afinal, eles não consomem refrigerantes ou bebidas alcoólicas, não utilizam serviços bancários, não possuem operadoras de celulares, pouco ou nunca vão ao cinema ou ao teatro, não frequentam restaurantes, não comem *fast food*, não pedem nada por *delivery*, não têm carros, motos ou bicicletas, não compram imóveis, só usam roupas de marcas *gays*, não gostam de chocolates, não estudam. Enfim, não usam os produtos que todas as pessoas normalmente usam. Não são normais, são invisíveis.

Com relação à homossexualidade no Brasil, mesmo levando em conta todos os avanços duramente conquistados, nos deparamos, ainda hoje, com uma realidade absurda. Segundo a pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia¹⁰, um homossexual foi assassinado a cada 28 horas no Brasil, em 2013, e o país segue como campeão mundial em homicídios de homossexuais: de cada cinco *gays* ou transgêneros assassinados no mundo, quatro são brasileiros.

Com base neste cenário, podemos parodiar o verso da música *Haiti*, de Caetano Veloso, afirmando que...“1964 é aqui, 1964 não é aqui”. Espero, sinceramente, que na edição da revista **Comum** de 2064, tendo como tema o aniversário de 100 anos dos “anos de chumbo”, estejamos vivendo (o(a)s jovens leitores, infelizmente não mais eu) a realização de um projeto de país e não apenas de poder, e que o cenário esteja profundamente modificado.

Notas

1. Trabalho realizado com o aproveitamento da pesquisa realizada pelo autor, para a sua dissertação de mestrado em Comunicação Social - *Advergay: uma ação publicitária “no armário”, “in Box” ou “publicidade-michê”?* - apresentada em outubro de 2013, na PUC-Rio, orientada pelo professor-doutor José Carlos Rodrigues.
2. *Cabeleira do Zezé*, marchinha de carnaval composta em 1963 por João Roberto Kelly e Roberto Faissal para o carnaval de 1964.
3. Como é demonstrado na pesquisa do historiador norte-americano e brasileiro James Green, a presença de homens travestidos de mulheres e de bailes gays no carnaval sempre alimentou uma falsa imagem exportada de convivência e tolerância com relação à homossexualidade e bissexualidade, mas esconde uma profunda intolerância e preconceito (Green, 2000).
4. O termo “entendido”, criação brasileira dos anos 1960, parece ser de origem teatral, uma referência à vanguarda teatral, conforme citação de um entrevistado de Néstor Perlongher, na pesquisa apresentada em *O negócio do michê em São Paulo* (Simões e Facchini, 2009: 71) enquanto o termo em inglês “gay” (alegre, divertido, jovial, vistoso, brilhante, vivo, prazenteiro, festeiro), de origem norte-americana, vem sendo disseminado em diversas línguas.
5. As palavras “homossexualismo/homossexualidade” surgem no ambiente médico e depois serão questionadas tanto no plano psicanalítico, através do psiquiatra/psicanalista e professor Jurandir Freire da Costa, que propõe a sua substituição por homoerotismo (Costa, 1992: 11) quanto no plano jurídico, por Maria Berenice Dias, advogada/juíza/desembargadora do Rio Grande do Sul que abraçou a causa *gay*. Ela propôs a sua substituição por homoafetividade, entendendo que a sexualidade seria uma das possíveis trocas, incluindo ou não a sexual, entre pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo.
6. Em referência ao suborno a que os policiais, com as intervenções, induziam.
7. A referência a um suposto “gueto” pode ser entendida como um sentido figurado, uma vez que no Brasil nunca houve o fenômeno real da formação de guetos homossexuais, tal como ocorreu nos Estados Unidos da América, com bairros urbanos habitados por grupos segregados, com uma vida econômica autônoma e uma cultura própria, como na cidade de São Francisco, por exemplo.
8. Nessa época a imprensa e o meio homossexual ainda utilizavam a palavra homossexualismo que viria a ser substituída por homossexualidade, ao longo da década de 1980, com o propósito de retirar toda a carga da conotação negativa que o sufixo – ismo – carregava.
9. Rolling Stone, ed. 87, p. 65, dezembro/2013.
10. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/relatorio-aponta-312-homossexuais-brasileiros-assassinados-em-2013/> Acesso em 25/02/2014.

Referências bibliográficas

- COSTA, J. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DREYFUS H. e RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HINCKLE, W. e HINCKLE, M. Women Power. In: *Ramparts Magazine*. São Francisco: fevereiro /1968, p. 22-31.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Ouro Preto: Autêntica Editora/UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.
- PÉRET, F. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- RIBEIRO, Irineu Ramos. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS, 2010.
- SARACHILD, K. Consciousness - Raising: A Radical Weapon. In: SARA-CHILD, K (Org.). *Feminist Revolution*. New York: Random House, 1978.
- SILVA, C. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos homossexuais*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1993.
- SIMÕES, J. e FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Resumo

O trabalho é um esforço no sentido de evidenciar o campo de forças e o tensionamento estabelecidos entre a ditadura militar, movimentos de resistência à ditadura militar, homossexualidade, movimentos homossexuais, mídia e a correlação entre os cenários nacional e internacional com relação ao tema.

Palavras-chave

Ditadura militar - Movimentos de resistência - Movimentos homossexuais – Mídia.

Abstract

The work is an effort to highlight the forcefield and tension established between the military dictatorship, movements of resistance to the military dictatorship, homosexuality, homosexual movements, media and the correlation between the national and international scene on the issue.

Keywords

Military dictatorship - Movements of resistance - Homosexual movements – Media.